

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MIRANDELA

ATA N.º 4/2023

Ao vigésimo dia do mês de novembro de 2023, pelas 14 horas e 30 minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, com a presença dos seguintes elementos:

- *Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara Municipal;
- *Francisco Ribeiro*, representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
- *António Cosme*, representante do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.;
- *Delfim Machado*, em representação de *Marcelino Martins*, representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela;
- *Cristina Passas*, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;
- *Emanuel Batista*, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado;
- *Francisco Pavão*, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Ana Novais*, representante da Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- *Beatriz Pilão Garcia*, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua;
- *António Neves*, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Marta Ferreira*, representante da Aflodounorte – Associação Florestal do Vale do Douro Norte;
- *Bruno Ricardo*, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos;
- *Isabel Pires*, em representação de *Débora Lopes*, representante da ADAN – Associação de Defesa Animal do Nordeste;
- *João Ribeiro*, representante da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética;
- *Agostinho Beça*, representante do Partido Socialista (PS);
- *Carlos Carvalho*, representante do Partido Social Democrata (PSD);
- *Liliana Pinto*, representante do Serviço Municipal de Veterinária;
- *Maria Gouveia*, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- *Nuno Nogueira*, Presidente de Junta da Freguesia de Torre de Dona Chama, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia;
- *Francisco Ferreira*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana;
- *Cândida Santos*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra da Terra Quente (em videoconferência);
- *José Vieira*, representante da Cooperativa Agrícola de Valpaços (em videoconferência);
- *Susana Batista*, representante do Centro de Gestão Agrícola da Terra Viva.

E as ausências de:

- *Arlindo Almeida*, representante do Instituto Politécnico de Bragança;
- *Ana Paula Silva*, representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (apresentou justificação da ausência);
- *Aurora Ribeiro*, representante da Associação de Desenvolvimento Local – DESTEQUE;
- *Lília Ferreiro Vaz*, em representação da Associação de Apicultores do Nordeste – FNAP;
- *Paulo Xavier Rodrigues*, representante da Silvidouro – Associação Agro-Florestal;

- *Hernâni Moutinho*, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP);
- *Jorge Humberto Fernandes*, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU);
- *José Carlos Teixeira*, representante do Grupo Municipal dos Independentes;
- *Gualter Ferreira*, representante dos Serviços Municipais com competências na área do ambiente (Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais da Câmara Municipal);
- *Luís Cardoso*, representante da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços;
- *Pedro Vinagre*, representante da Adega Cooperativa de Valpaços;
- *Alcides Santos*, representante da Adega Cooperativa do Rabaçal.

Outras presenças:

- *Tiago Morais*, Adjunto da Sr.^a Presidente (Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal);
- Eng.^o *Manuel Miranda*, em representação da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

Presidiu aos trabalhos a **Sr.^a Presidente**, abrindo a reunião às 14 horas e 30 minutos, conforme agendado, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Após verificar a presença de quórum deu início à reunião.

Solicitou autorização para gravação da reunião de modo a facilitar a elaboração da Ata, ao que nenhum dos conselheiros se opôs.

Iniciou a Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 - Ata - Leitura, discussão e votação da Ata da anterior Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela**. Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.

No entanto, foi exposta uma ressalva por **Emanuel Batista**, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado, quanto à questão exposta nessa reunião relativamente ao aproveitamento hidroagrícola de Vale de Madeiro - alargamento a Vale de Pereiro, em que se informou que: “Esta obra não avançou por alegadas razões de segurança, por parte da Infraestruturas de Portugal.” Assim, a ressalva exposta por **Emanuel Batista**, que se transcreve, foi: “*Passam lá quatro tubos há cinco ou seis anos, nunca ninguém se opôs à passagem dos tubos, o que quer dizer que se está em falta de segurança já está há meia dúzia de anos. Como tal, não concordo com a resposta que eles deram (...). A resposta não coincide com aquilo que está no local, que é a passagem da água, que há 10 anos passa no viaduto e ninguém reclamou e eles se agora não deram autorização deviam ter ido lá e mandar cortar aqueles tubos, porque é a tal segurança que está em causa. (...) Estão a passar lá os quatro tubos e a Infraestruturas de Portugal não se opôs à passagem desses tubos.*”

Passando ao **Ponto 2 - Público - Período de Intervenção**, a **Sr.^a Presidente** informou que em todas as reuniões do Conselho Municipal de Agricultura há um período aberto ao público, que não poderá exceder 30 minutos, salvo por deliberação do Conselho, sendo esta reunião divulgada por Edital, como habitualmente, para informação sobre a realização da mesma.

Tomando a palavra, o **Senhor Município Pedro Sil Rodrigues** expôs ser agricultor profissional, tendo já trabalhado com alguns dos conselheiros presentes, fazendo muito por Trás-os-Montes. Iniciou a sua intervenção advertindo: “*Os tempos que correm são tempos negros para a Agricultura e para o clima e é hora de fazer soar os sinos a rebato em todo Trás-os-Montes.*”

Aludiu à diminuição de recursos e produtos agrícolas, deixando a ideia de que é necessário criar uma frente comum de toda a região e manterem-se unidos, dando o exemplo do Cachão, afirmando: “*O interesse regional tem que se sobrepor aos interesses partidários.*”

Mencionou uma notícia saída recentemente que referia ser esta a sub-região mais pobre da Europa a 27, onde foram despejados milhões de euros em fundos de coesão, bem como o aumento de pobres na região, por encerramento de unidades fabris e falência de empresas, levando ao despedimento de trabalhadores.

Mais se reportou à transferência de competências da Direção Regional de Trás-os-Montes, referindo que a estação meteorológica do Valongo não fornece dados desde 1989, tendo o agricultor que se socorrer da estação meteorológica de Rio Torto, estando, assim, comprometida a produção.

Abordou a importância da possibilidade de o Município usar produtos regionais nas cantinas públicas e propor que a CIM-TTM usasse essa medida, bem como introduzir nas ementas pratos típicos da região, entroncando com outra questão que

colocou relativa ao escoamento dos produtos para fora, em que se verifica ficar mais caro o transporte que o próprio produto, sendo, assim, importante o escoamento dos produtos na própria região através das instituições públicas.

Assim, propôs a realização de um mercado, uma vez por mês ou bimensalmente, de produtores biológicos ou produtores em geral, que acompanhasse a sazonalidade dos produtos, realizado até em diferentes concelhos, expondo que: *“Das duas, uma: ou escoamos os produtos ou atraímos gente que venha cá consumir os nossos produtos, mas para atrair gente temos que criar genuinidade.”* Mais referiu que este mercado deveria ser conjugando com as Feiras do Vinho, da Caça, dos Enchidos, dos Queijos, isto é, com as diversas feiras que existem na região, criando uma plataforma de interesses, fazendo as coisas em conjunto.

Deu conta de outra ideia sua: Uma marca que apelasse ao sentimento das pessoas, que seja reconhecida pela população, que atraia e dê confiança.

Por fim, referiu vir defender-se a si, à sua família e aos seus amigos. Começou por dizer que não vinha defender a ACRIGA, porque existem várias ADS na região e não só em Macedo, apesar de vários funcionários desta trabalharem e pagarem os seus impostos em Mirandela. Mais expôs que a Pecuária, na sua opinião, a Apicultura também, é na agricultura da região a atividade que pode garantir fixação direta de jovens de forma democrática, porque a silvo pastorícia não requer praticamente terras ou máquinas, garante um posto de trabalho, mantendo-se alguns hectares de monte livres de incêndios, para além de manter trabalhadores qualificados e quadros médios e superiores, na ANCRAS, na ACRIGA, no Matadouro do Cachão, nas diversas associações das raças, dando o exemplo do Município de Montalegre, que foi primeiro a apoiar a produção pecuária a 100 %.

Mais se referiu aos jovens, que não querem ir para a agricultura, no entanto, garantiu o que o cenário se estaria a inverter, a nível nacional, pois se *“os apoios se justificarem, as pessoas aparecem”*.

Para terminar, referenciou José Gonçalves, Técnico da Direção Regional, que disse: *«O futuro da região passa pela pecuária»*, acrescentando que: *“A realidade das alterações climáticas, não só o demonstram como provam”*. Mais expôs: *“O futuro é o regresso ao passado. A agricultura de dois andares e o aumento da matéria orgânica nos solos de forma a reter maior quantidade de água, porque não adianta falar em regadios nem em regar, se não aumentarmos os índices de matéria orgânica e produtividade dos solos. Para isso é necessária toda a matéria orgânica que conseguirmos obter, sendo que os projetos de compostagem de resíduos agrícolas, baga de azeitona, resíduos urbanos e lamas de etar, não tenho conhecimento em que ponto estão”*. Assim, reforçou a importância de se ter matéria orgânica para aguentar os solos.

Finalizando a sua intervenção, sugeriu, ainda, a recuperação dos açudes, represas e ribeiros, sendo isso de extrema importância.

A **Sr.ª Presidente** agradeceu a intervenção, convidando o munícipe a permanecer até ao final da reunião, referindo haver matéria para refletir e agir.

Quanto ao exposto, o membro representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela, **Delfim Machado** sugeriu elaborar-se uma recomendação à PSP e à GNR para que *“não façam perseguição aos agricultores”*, dando o exemplo que alguns agricultores foram multados às 23 horas por terem os tratores parados à espera de descarregarem azeitona em frente ao Lagar, em cima de uma passadeira, outros que foram multados, nesta altura do ano, por não terem o extintor, quando só é obrigatório durante o período crítico de incêndios nos caminhos rurais ou com eles relacionados. Também outra situação por si referida foram as multas relativas aos taipais duplos, que não têm homologação, ao que informou não haver homologação para os taipais duplos, que podem ser de madeira, ferro, plástico rijo, desde que suporte a carga que leva. Referiu, assim: *“Devia tentar-se fazer uma recomendação à GNR. Vejam a segurança, as luzes, os pirilampos, arcos (...) Que ajudem o agricultor, mas que não os penalizem. Nesta altura do ano, principalmente”*. Ao relatado, a **Sr.ª Presidente** agradeceu e referiu: *“No fundo, é um alerta”*.

Francisco Ribeiro, representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, expôs que as observações enunciadas por **Delfim Machado** eram pertinentes, exprimindo: *“Devia fazer-se chegar ao Comando da Guarnição Nacional Republicana todos estes esclarecimentos, porque, eventualmente, os agentes que estão no terreno desconhecem, como nós, se calhar, também desconhecemos essas situações. O que seria útil era fazer lá chegar todas essas recomendações, de quem de direito, porque tem conhecimento delas e aí não podem alegar desconhecimento, porque alguém já lhe fez chegar esse tipo de esclarecimento e informações.”*

Em relação ao Senhor Município **Pedro Sil Rodrigues**, felicitou-o pela sua intervenção, sendo que algumas questões por si reportadas já foram expostas em várias reuniões do Conselho. Quanto à Estação do Valongo, uma vez que a Quinta do Valongo pertence a um grupo de cinco Centros de Inovação Tecnológica, esperando-se que a partir de agora se tenha uma

Handwritten signature or initials in blue ink.

estação meteorológica conveniente. Mais referiu que a rede de estações meteorológicas deveria ser competência do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.), a quem se deve recorrer para o fornecimento de elementos.

Emanuel Batista, explicou que as estações foram montadas por um programa de melhoria da qualidade do azeite, sendo entregues à Direção Regional há 22 anos, sendo a consulta/captação dos dados de um funcionário da Direção Regional e não do IPMA.

Maria Gouveia, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil, esclareceu que, no momento, é uma estação automática, do IPMA, recebendo dados remotamente, tendo de ser feito o pedido de dados ao IPMA, com custo associado.

Mais referiu **Emanuel Batista**: “Foram colocadas com o dinheiro da agricultura e agora cedidas a quem precisa de dinheiro”.

Francisco Pavão, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho, referiu que as intervenções do Senhor Município **Pedro Sil Rodrigues** foram pertinentes, reforçando que alguns dos temas abordados, foram já debatidos em reuniões deste Conselho, como a questão da necessidade de produtos locais nas cantinas, tendo de se averiguar se está ou não a ser implementado pelo Município. Ressaltou a importância do uso de produtos do concelho nas ementas dos alunos, como o cabrito transmontano, o borrego ou cordeiro de raça badana, o mel, o azeite, a alheira, a couve penca de Carvalhais, entre outros, por forma a que as crianças sejam educadas a consumir produtos locais.

A **Sr.ª Presidente** agradeceu as intervenções, dando nota que os Cadernos de Encargos das Cantinas Escolares preveem a aquisição preferencial de produtos locais. Quanto aos mercados biológicos, atendendo à sazonalidade dos produtos, sugestão do Senhor Município **Pedro Sil Rodrigues**, referiu que o Conselho Municipal de Agricultura não é um órgão executivo, é um órgão consultivo, podendo, eventualmente, fazer uma recomendação para que haja, pelo menos, uma vez por mês ou de dois em dois meses, um mercado de produtos biológicos. Retorquiu que com o apoio das associações e cooperativas poder-se-á dar passos nesse sentido. Assim, questionou aos presentes se concordavam que esta proposta ficasse em “carteira” para que se faça o mercado de produtos biológicos. Todos os conselheiros concordaram, ficando combinado de no próximo ano se fazer essa recomendação.

Após algumas considerações, a **Sr.ª Presidente** abordou a questão da certificação da Couve Penca, que até hoje apenas existe a certificação da semente. **Francisco Ribeiro** tomou nota do assunto para verificar o seu estado.

António Neves, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho, reportando-se à “Marca Mirandela”, afirmou ser interessante, no entanto muito trabalho tem de ser feito para o uso das marcas, dando o exemplo da marca “Terras de Trás-os-Montes” que usam nos rótulos dos queijos que fabricam, o que se deve a muito trabalho. Relativamente à intervenção do Senhor Município **Pedro Sil Rodrigues**, concordou com tudo o que foi exposto, afirmando que o Setor Pecuário está a passar uma fase complicada, uma vez que alguns produtores estão a terminar a sua atividade, não tendo quem lhes dê continuidade, principalmente os jovens, tendo em conta toda a burocracia envolvida e a própria rentabilidade.

Mais se referiu à produção e venda dos queijos produzidos na sua entidade, bem como à estratégia que é utilizada para a venda desses produtos em estabelecimentos comerciais, onde o preço é sucessivamente aumentado até chegar ao consumidor.

Sobre a questão, **Cristina Passas**, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, afirmou que o mal está na falta de capacidade reivindicativa. Referindo-se à especulação dos preços, deu nota de um Seminário Europeu sobre a importância das DOP's e das IGP's no desenvolvimento económico local, em que esteve presente, em Lisboa, onde deram o exemplo da Alheira de Mirandela como produto endógeno, mas no qual a entidade gestora da Alheira de Mirandela não tinha sido convidada para participar como oradora, expondo, assim: “Vejam ao que nós chegamos. É exatamente isto. É não ter a capacidade reivindicativa, mas quando precisam dos bons exemplos é a Mirandela e ao interior que os vêm buscar.”

Ainda sobre a questão do uso dos extintores nos tratores, exposta por **Delfim Machado**, **Maria Gouveia** explicou que, à luz da Legislação mais recente, o conceito de “período crítico de incêndio” já não existe. Esse período é durante todo o ano, em todos os locais, pelo que não se deve desincentivar o uso desse material, pois é obrigatório.

Terminada a discussão, a **Sr.ª Presidente** passou ao Ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra aos Conselheiros.

Francisco Pavão, referindo-se à promoção/divulgação dos produtos do concelho premiados, expôs o já referido pela Sr.^a Presidente, que não seria possível, uma vez que se trata de empresas privadas, no entanto, deu nota que o Município havia recentemente promovido, no *Facebook*, uma empresa privada (NTN) sobre um prémio que ganhou, declarando: *“Não sei qual é a dignidade maior que tem uma empresa que ganhou um prémio, para os 50 prémios que ganham os produtos deste concelho nos mais diversos concursos. Ou a atitude passa a ser igual e, neste momento, não é, porque a Senhora Presidente sempre nos informou que não poderia promover prémios de empresas privadas”*. A isto, a Sr.^a Presidente respondeu que já estavam a promover essa divulgação e que já haviam feito, inclusive, divulgação de algumas marcas, ao que **Francisco Pavão** disse nunca ter visto nada, tanto no *Facebook* como no *site* do Município, tendo já enviado um conjunto de produtos premiados para o Município, os quais não foram divulgados, retorquindo: *“Gostava que tivéssemos a mesma dignidade, sermos promovidos por este Município. Gostava de receber as que já foram promovidas, Senhora Presidente.”*

Ao exposto, a Sr.^a Presidente respondeu: *“Muito bem”*, aproveitando para promover o evento “A Árvore do Ouro Líquido” da Rede Nacional de Eventos Comemorativos, no Dia Mundial da Oliveira, dia 26 de novembro de 2023, às 15 horas, no Museu da Oliveira e do Azeite, convidado todos a estarem presentes.

Carlos Carvalho, representante do Partido Social Democrata (PSD), fez referência às reuniões que se realizaram com os Concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços, acerca das intempéries ocorridas, onde os membros deste Conselho foram convidados a estar presentes, em que ficou acordado elaborar-se um relatório e enviar para a tutela, sendo que o Município de Mirandela iria enviar também para os conselheiros. Nessa medida, informou que ainda não o tinham recebido, questionando sobre o resultado do contacto com o Ministério.

Em resposta, a Sr.^a Presidente informou que o aludido relatório foi enviado, contudo não se obteve resposta. Relativamente ao envio do relatório para os conselheiros, referiu que o mesmo seria enviado e também para a Assembleia Municipal, através da mesa.

Em relação **Ponto 4.1 - Informação sobre o “Estudo do Potencial Hidroagrícola nos Concelhos da CIM-TTM” e sobre o “Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 6543/2023 dos Ministérios do Ambiente e Ação Climática e da Agricultura e Alimentação”**, a Sr.^a Presidente informou que estava presente na reunião ao Sr. Eng.º **Manuel Miranda**, convidado em representação da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, para a abordagem ao tema **“Estudo do Potencial Hidroagrícola nos Concelhos da CIM-TTM”**.

Francisco Pavão, tomando a palavra, informou que, enquanto representante de uma Confederação, esta mesma foi convidada, tendo participado no Plano de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes, nomeadamente em duas reuniões. Relativamente ao Plano da CIM-TTM, advertiu que solicitaram uma reunião à CIM para debater a questão, não obtendo resposta, pelo que aguardam pela apresentação do plano, o qual desconhecem. Agradeceu a presença do Eng.º **Manuel Miranda**, retorquindo que gostariam de ter sido ouvidos antes, reiterando a importância das associações serem contactadas e ouvidas no início dos processos, para que possam contribuir para a dinâmica agrícola da região e do Concelho de Mirandela.

Sobre o Ponto em discussão, tomando a palavra, o Sr. Eng.º **Manuel Miranda** referiu que não iria apresentar o plano, uma vez que não está concluído, estando agendada uma sessão pública de apresentação do mesmo. Nessa medida, enumerou os princípios e explicou o que esteve na base da elaboração deste plano.

Assim, expôs que: *“Este estudo técnico visa definir uma estratégia de desenvolvimento rural através do regadio, é disso que estamos a falar, de regadio. Os princípios e objetivos inerentes à elaboração do estudo tendem a determinar aquilo que são os recursos hídricos disponíveis no território das Terras de Trás-os-Montes, as culturas a regar, as manchas de solos com aptidão para regadio, as soluções técnicas de armazenamento e transporte de água com avaliação de mais-valia económica financeira e social, os impactos ambientais e as soluções a desenvolver e aquilo que serão as prioridades de investimento.”*

Informou que, no geral, a primeira nota técnica fez uma caracterização geral da área em estudo, das Terras de Trás-os-Montes e a segunda nota técnica definiu o plano preliminar de valorização, sendo que depois será elaborado um relatório final, com os empreendimentos identificados e valorados em termos de investimento.

Deu nota que os interlocutores foram sempre os Municípios, sendo a base de negociação e a base que agrega o conhecimento nas diferentes áreas de necessidade dos territórios, reportando para o estudo o sentimento de cada um dos territórios.

Mais referiu: *“Este estudo procurou também definir modelos de ocupação cultural, atendendo designadamente às alterações climáticas. Avaliou parâmetros como: temperaturas; precipitação e recursos hídricos - a questão do*

escoamento, que já hoje aqui foi falada também -; necessidades de água para rega em função do tipo de cultura e análise dos efeitos que as alterações climáticas estão a ter nos territórios. Áreas potenciais de regadio. As premissas que foram tidas em conta foram, desde logo: a aptidão dos solos; a disponibilidade de água; a questão demográfica; a questão dos recursos financeiros e a questão da valorização e fortalecimento das cadeias de valor. As áreas potenciais de regadio, no estudo preliminar identificaram-se cerca de 50 mil hectares no território de Terras de Trás-os-Montes e cerca de 47 aproveitamentos. Desses 47 aproveitamentos principais, a cobertura em termos de área seriam 27 mil hectares”. Deu conta que, entretanto, o Município de Mirandela deu contributos, assim como outro Município, pelo que poderá haver diferenças nos números.

Enumerou, também, os critérios que estiveram na base da escolha dos aproveitamentos, os quais: população e mão-de-obra disponível; dimensão das explorações e a sua fragmentação; fileira e cadeias de valor instaladas; dimensão total do aproveitamento ou dos *clusters* de aproveitamento.

Concluindo esta parte, explicou que o estudo está em fase final do estudo preliminar, concluindo-se com o relatório final, que irá abordar o pré-dimensionamento e caracterização dos aproveitamentos hidroagrícolas; a caracterização e definição de alguns aproveitamentos que vão ter fins múltiplos; as estimativas de custos ao nível do investimento, de estudos, de expropriações, de conservação e de manutenção; a avaliação económico-financeira em função das estimativas de custos; a priorização da implementação dos aproveitamentos e a definição do sistema de gestão dos novos aproveitamentos hidroagrícolas.

Para finalizar a intervenção, informou que o estudo seria apresentado dia 27 de novembro, sendo que o detalhe do mesmo será esmiuçado em comissões e conselhos municipais ou agrícolas.

Agradecendo a exposição, a **Sr.ª Presidente** elucidou que existem, ao mesmo tempo dois estudos: O “*Estudo do Potencial Hidroagrícola nos Concelhos da CIM-TTM*” - a que o Sr. Eng.º Manuel Miranda se referiu - e o “*Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 6543/2023 dos Ministérios do Ambiente e Ação Climática e da Agricultura e Alimentação*”. Esclareceu que neste último tem a parte da rega, mas também a parte da eficiência de abastecimento público de água.

Assim, expôs o seguinte:

“Quanto aos *Aproveitamentos hidroagrícolas (previstos, em estudos, planos e projetos)*, para o Concelho de Mirandela, foram incorporados no Estudo os seguintes:

- **Aproveitamento Hidroagrícola da Serrinha e Rede de Rega do Navalho** – projeto com parecer desfavorável por parte da entidade responsável pelo Plano Nacional de Regadio 2030, mas que poderá ser retomado suprimindo os aspetos considerados não conformes;
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiro | Mirandela** – em exploração da responsabilidade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, cedida, anualmente e de forma provisória, à *Associação de Beneficiários do Perímetro de Rega de Vale de Madeiro*;
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiro | 2.ª fase - Vale Pereiro** – projeto da responsabilidade da DRAPN, não concluído ainda por razões alheias ao Município e que foi incluído neste estudo para recuperação em futuro próximo, ultrapassados os constrangimentos que se prendem com o valor desproporcionado exigido pela entidade concessionária da autoestrada A4 para garantir ressarcimento de prejuízos em caso de sinistro causado por eventual rotura da conduta que servirá a zona a irrigar.

Na listagem geral de Aproveitamentos Hidroagrícolas, para o concelho de Mirandela, além dos três referidos, foram elencados mais dois, propostos no Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes dos anos de 1985:

- **Aproveitamento Hidroagrícola de Torre de D. Chama;**
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Madeiros | Eixes.**

Em síntese, para o Concelho de Mirandela são considerados Aproveitamentos Hidroagrícolas Potenciais, apenas os cinco supra referidos.

No âmbito deste relatório, a título informativo, apesar de não estarem considerados como Aproveitamentos Hidroagrícolas Potenciais, surgiram no “*Plano Geral da Política da Água no Nordeste Transmontano*”, os seguintes:

- **Aproveitamento Hidroagrícola de Carvalhais** (520 ha);
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Eixes** (230 ha),
- **Aproveitamento Hidroagrícola da Ervideira** (65 ha);

- **Aproveitamento Hidroagrícola de Frechas** (75 ha);
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Mirandela | Lilela** (100 ha),
- **Aproveitamento Hidroagrícola do Rogodeiro** (195 ha);
- **Aproveitamento Hidroagrícola de Vilarinho do Monte** (597 ha, incluindo alguma área do concelho de Macedo de Cavaleiros).

Outras sugestões remetidas à COBA e integrados no contributo enviado, em 14 de janeiro de 2021, à entidade responsável pelo Programa Nacional de Regadio 2030, não foram consideradas ainda neste Estudo:

- **Aproveitamento Hidroagrícola Noroeste de Mirandela: Blocos de Rega. Estrutura de Captação e Armazenamento de Água** – Estudo desenvolvido por docentes do Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior Agrária, que prevê captações no rio Rabaçal e pontos de armazenamento de água para irrigação de áreas do Concelho de Valpaços e nas Freguesias de Bouça, Vale de Telhas, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro e Cabanelas, no Concelho de Mirandela;
- Prolongamento do “**Bloco dos Cortiços**” do **Aproveitamento Hidroagrícola do Azibo** para as Freguesias de Alvites, Avantos e Romeu no Concelho de Mirandela, tendo em vista a irrigação de importantes manchas de olival e amendoal, entre outras culturas;
- Neste contributo foi ainda incluída uma listagem de **potenciais pequenas albufeiras** a construir em diversos pontos do concelho, aproveitando principalmente águas pluviais e que sempre poderiam alimentar aquíferos subterrâneos, poços, nascentes e furos artesianos na área de influência destes pontos de água:

Nome	Localidade	Freguesia
Regato da Asseixa	Ervideira	S. Pedro Velho
Pombeira	Torre D. Chama	Torre D. Chama
Ribeiro do Seixo	Regodeiro	Múrias
Vale Pássara	Múrias	Múrias
Ribeiro de Asna	Cedães	Cedães
Ribeiro de Agrebom ^(a)	Vale de Asnes	Vale de Asnes
Ribeiro Grosseiro	Cabanelas	Cabanelas
Vale Arrousso	Mascarenhas	Mascarenhas
Ribeira de Carvalhais	Vilar de Ledra	Carvalhais
Ribeiro de Suções	Eixes	Suções
Ribeiro da Freixeda	Frechas	Frechas
Ribeiro do Figueirinho Baixo	Vila Verde	UF Freixeda e Vila Verde
Ribeira de Aila ^(b)	Franco	UF Franco e Vila Boa

^(a) Com o objetivo de irrigação na freguesia de Cedães e para reforço do AH de Vale de Madeiro, o qual só aguenta pouco mais de um ano de seca.

^(b) Em parceria com beneficiários do concelho de Murça.

Importa, ainda, referir o conceito de “*áreas potenciais para regadio*”, são áreas que reúnam condições intrínsecas que permitam o desenvolvimento de aproveitamentos hidroagrícolas tecnicamente, economicamente e ambientalmente viáveis.

Em resumo, a delimitação das áreas potenciais para o regadio, consideramos condicionantes fisiográficas, jurídico-ambientais, económico-sociais, assim como estudos e projetos existentes e casos especiais.

Em face a estes considerando, somos levados a concluir que estas condicionantes terão estado subjacentes à decisão de, neste Estudo, serem tidos como Aproveitamentos Hidroagrícolas Potenciais apenas os cinco supra referidos e não os restantes elencados. Daí que tudo o que foi subjacente aos primeiros que foram incluídos pela COBA não foram os restantes.

Colocada, também, a questão relativamente ao facto das Organizações de Agricultores não serem chamadas a este processo, ao contrário do que acontece com os trabalhos do *Plano Regional de Eficiência Hídrica*, a resposta foi no sentido de terem sido contactadas as Associações de Regantes e Beneficiários, o que se afigura manifestamente insuficiente, até porque ficou claro que só uma foi contactada – a *Associação de Beneficiários do Perímetro de Rega de Vale de Madeiro* – ignorando que existe outra no Concelho, a *Junta de Agricultores da Barragem da Serrinha*, constituída em maio de 2019.

Conclui-se, assim, que a Associação contactada, ter-se-á pronunciado, naturalmente, apenas no que se refere ao Aproveitamento Hidroagrícola do qual é beneficiária, ficando em falta a manifestação das reais necessidades, vontades e potencialidades dos restantes agricultores do concelho.

Neste trabalho, depois de concluídas todas as fases, para os Municípios da CIM-TTM, irá, certamente, constituir uma *“ferramenta suficientemente detalhada que permita a definição de uma estratégia de desenvolvimento rural através do regadio para a região das Terras de Trás-os-Montes.”*

Após esta exposição, a **Sr.ª Presidente** passou a palavra aos conselheiros para que pudessem dar as suas opiniões sobre o tema.

Agostinho Beça, representante do Partido Socialista (PS), expôs que estaria marcada uma reunião com a empresa COBA para ser tratada a questão do que não foi incorporado no referido estudo. Concordou com o exposto por **Francisco Pavão**, lamentando que as organizações de agricultores não sejam chamadas a participar no processo, não entendendo as razões. Sobre a demografia, premissa no estudo, referiu ser “estranha” para si, uma vez que não há pessoas para trabalhar na terra, não se fazendo regadios. A esse propósito, citou o último parágrafo do contributo enviado em 14 de janeiro de 2022, do Município de Mirandela, para o Plano Nacional do Regadio 2030: *“Dadas as especificidades e a elevada vulnerabilidade dos territórios do Nordeste Transmontano, como é reconhecido, importa realçar que, apesar da acentuada depressão demográfica verificada nas últimas décadas, o potencial produtivo mantém-se presente e, com a implementação de um Plano que acolha contributos diversificados, participado e bem estruturado, podemos acreditar que é possível reverter as tendências de esvaziamento populacional e ultrapassar os cenários de alterações climáticas, com redução previsível de disponibilidades hídricas, valorizando a diversidade biológica, a beleza paisagística, os produtos endógenos de superior qualidade e o turismo, aspetos estratégicos para a economia local”*.

Manuel Miranda, esclareceu que a CIM promoveu o projeto, obteve financiamento para ele, mas que o estudo foi feito com os Municípios, sendo estes os interlocutores diretos, pelo que podiam trazer ao processo quem entendessem. Quanto à questão da demografia, advertiu que o exposto foi no sentido de que em termos de priorização havia que ter em conta as dinâmicas territoriais.

Ao exposto, **Francisco Pavão** retorquiu que a questão da demografia não é impeditiva do desenvolvimento, dando o exemplo de Alqueva. Saudou o Município de Mirandela por ser o único, dos nove da CIM, que tem um Conselho Municipal de Agricultura e quanto à participação das organizações, referiu: *“Não sei qual foi o papel das organizações (...) entendemos que é ouvindo aquilo que é o sentimento da região. É isso que os Municípios deviam ouvir. Nós, hoje, estamos aqui a ouvir as propostas e os pressupostos, estamos a ouvir sem podermos contrariar e lamento que no dia 27 iremos ter uma apresentação de um documento para o qual não contribuímos e que define o futuro do nosso território. Temos de ter um papel ativo e participativo naquilo que é o futuro do nosso território. Saudamos, também, esta última frase da Senhora Presidente, quando transcreve que lamenta que não tenham sido ouvidas as organizações do concelho ou da região neste plano. Agora, temos que perceber que os desafios que se põem no novo quadro comunitário, obviamente que as Comunidades Intermunicipais têm um grande desafio, mas as Comunidades Intermunicipais sobrevivem da produção primária. Não temos nenhum Município em Trás-os-Montes que não dependa, sobretudo, excluimos a Santa Casa, a Câmara Municipal e os Bombeiros, da produção primária. É a produção primária que é o mote do crescimento demográfico, de crescimento económico das regiões e a produção primária é importante estar presente”*.

Agradeceu o convite para a apresentação do referido plano, no dia 27, em Bragança, informando que estará presente, solicitando ao Conselho Municipal de Agricultura que divulgue o convite para todas as entidades que queiram estar presentes, pedindo acesso ao plano antecipadamente.

Terminou dando algumas sugestões relativas aos planos mencionados, nomeadamente quanto ao Projeto Lança D’Água e ao Alargamento do Perímetro de Rega do Azibo, deixando a seguinte sugestão ao Município e à CIM: *“Rapidamente se repare esta questão e nós sejamos ouvidos de uma forma eficaz e possamos contribuir. Caso contrário, este é um plano da CIM, não é um plano da região, porque a região são as pessoas que cá vivem e quem cá vive são os agricultores”*.

A tudo o exposto, a **Sr.ª Presidente** deu nota que este tema é fundamental para o futuro, na medida em que todos fazem parte da solução, uma vez que a água e a disponibilidade da água, da qualidade da água, especialmente para abastecimento público e para rega é um dos principais problemas e desafios nos próximos anos. Quanto ao plano em discussão, disse esperar ser um documento da região, para a região e para o futuro da região.

Carlos Carvalho acompanhou a crítica efetuada quanto à não auscultação dos agricultores e das organizações de agricultores, questionando à **Sr.ª Presidente** relativamente ao Plano Municipal de Regadio e à pressão do Município de Mirandela em ver correspondido aquilo que estava transcrito nesse plano. Mais questionou a razão de o plano ter sido

atribuído a uma empresa privada, visto se ter a capacidade técnica nas instituições de ciência e de ensino superior, e quais os contornos que o contrato teve.

Relativamente às questões colocadas, a **Sr.ª Presidente** respondeu: *“Questionamos a Comunidade Intermunicipal, dia 13 de novembro, da eventualidade de podermos fornecer aos Srs. conselheiros o Estudo do Potencial Hidroagrícola nos Concelhos da CIM-TTM e, depois, solicitamos a presença de alguém da CIM, hoje, nesta reunião. De facto, está aqui presente o Eng.º Miranda. Em relação à primeira questão, não tivemos qualquer resposta. Em relação ao Plano Municipal de Regadio, tínhamos efetivamente uma proposta de plano, ou seja, um estudo prévio. Não tínhamos, ainda, estruturado, na sua totalidade, até porque todos os territórios que nós podemos regar, muitos deles podem ser aproveitamentos hidroagrícolas de Macedo, que podem vir regar o Concelho de Mirandela. Os aproveitamentos não têm fronteiras e, portanto, acho que um plano tem que ser sempre supramunicipal para poder dar resposta às nossas exigências. Em relação à posição do Município de Mirandela, efetivamente, há determinados contributos que nós demos que não estão inscritos. Amanhã vai haver uma reunião com a empresa COBA, já ficaremos a saber por que é que está inscrito e por que é que não está inscrito e os motivos por que não estão inscritos.”*

Manuel Miranda, clarificou que o projeto foi adjudicado à empresa COBA com base num procedimento de concurso público.

Francisco Pavão deu o exemplo do que se passa na Barragem do Baixo Sabor, não tendo aproveitamento hídrico, situação que o preocupa. Assim, questionou, se no estudo está ponderada a questão do aproveitamento agrícola da água do Baixo Sabor e da água do Tua e se já não está prevista esta alteração do contrato com a EDP ou com quem agora venderam, do aproveitamento agrícola da água para a agricultura, para o Concelho de Mogadouro, Alfândega da Fé, Vila Flor e Mirandela. Em resposta, **Manuel Miranda** informou que foi feito um alerta por parte dos Municípios do Baixo Sabor, Macedo e Alfândega da Fé relativamente ao uso da água.

Relativamente ao Regadio Tradicional de Contins, a **Sr.ª Presidente** informou que a segunda fase deste foi aprovada pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), pelo que se irá dar início à mesma.

Quanto ao Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes, **Manuel Miranda** advertiu que a CIM está envolvida na comissão que está a fazer o acompanhamento e a elaboração do plano, coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela DGADR, tendo a CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes) já reportado para essa comissão informação relativamente ao consumo humano e à componente agrícola, isto para sinalizar aquilo que era a versão preliminar do Plano de Valorização do Potencial Hidroagrícola. Mais informou que, naquilo que é da sua responsabilidade direta, a componente do consumo humano, reportaram aquilo que eram os investimentos do território no que diz respeito à gestão das redes em baixa. Quanto a isto, reforçou que terá de haver um compromisso com os Municípios, na medida em que esses investimentos, de valor assinalável para todo o território, terão de assumir, paralelamente, um compromisso no que diz respeito à diminuição das perdas de água, uma vez que estes planos têm em vista tornar os sistemas mais eficientes.

Após mais algumas considerações e esclarecimentos, a **Sr.ª Presidente** passou ao **Ponto 4.2 - Ponto de Situação do Apoio à Atividade Pecuária**, questionando aos conselheiros quem pretendia intervir.

Bruno Ricardo, em representação da **Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos**, lamentou o facto de a atividade apícola não ser contemplada nos apoios à atividade pecuária, exprimindo o seguinte: *“Após o último registo apícola - declaração de existências de setembro de 2023 -, verificamos que existem cerca de 12 mil colmeias no Concelho de Mirandela, de apicultores residentes e com colmeias no Concelho de Mirandela. Após análise dos dados dos últimos quatro anos, verificamos que se estão a perder cerca de mil colmeias por ano. Em 2019, tínhamos cerca de 18 mil colmeias em Mirandela. Neste sentido, tendo em conta aquilo que é a área de produção de frutos de casca rija no Concelho de Mirandela, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), na ordem dos 3.300 hectares, mais 600 hectares de frutos frescos, um apoio aos apicultores é também um apoio à atividade agrícola, uma vez que estas cerca de 12 mil colmeias têm um papel muito importante em termos de polinização destas culturas”*. Neste sentido, reforçou que não faz sentido a atividade apícola ser excluída da atividade pecuária, pelo que os apicultores deveriam ser apoiados. Alertou para o crescimento do número de ninhos de *vespa velutina*, sendo que os apicultores na próxima campanha irão ter um papel muito importante na captura de vespas fundadores, apelando à colocação das armadilhas.

Ao exposto, a **Sr.ª Presidente** esclareceu que todo o apoio que tem sido dado é através de Orçamento Municipal e não com recurso a outro tipo de investimento, estando em ação o combate à *vespa velutina*. Sobre isto, **Maria Gouveia** informou que, desde julho até ao presente momento, foram eliminados 119 ninhos, sendo importante adquirir outros métodos de combate. Salientou que 54 destes ninhos encontravam-se em espaço urbano e 69 em espaço rural. Destacou também que

fora questionada a CIM e o ICNF relativamente a futuros apoios para eliminação desses ninhos, prevendo-se que seja efetuado um aviso para que o Município se possa candidatar a esse financiamento.

Relativamente ao ponto em discussão, **Liliana Pinto**, representante do Serviço Municipal de Veterinária, informou que, no início do ano foi presente uma informação a Reunião de Câmara, em que, dos 31 pedidos rececionados, 21 já foram pagos, faltando 10, que não entregaram a declaração de não dívida. Foi também presente, em setembro, a Reunião de Câmara, outra informação, de onde saíram ofícios dirigidos a essas pessoas, para que entreguem as mencionadas declarações e se possam efetuar os pagamentos até ao fim do ano. Desta forma, se todos entregarem as declarações de não dívida, o apoio atribuído será de 8.255,00 €. Informou, ainda, que no presente ano, deram entrada mais de 60 pedidos, referentes a 2022, ultrapassando os anos anteriores.

Tendo em conta o exposto, **Bruno Ricardo**, colocou duas questões: “*Entende que os apicultores podem ser aqui um parceiro importante na estratégia de combate à vespa velutina? Reconhece que o apoio aos apicultores é um apoio que deve ser tido em consideração?*”.

Quanto às questões colocadas, a **Sr.ª Presidente** referiu-se ao contributo do Grupo de Trabalho criado neste Conselho, para estudar a questão do apoio à apicultura, explicando que o valor proposto, tendo em conta o existente em Orçamento Municipal para as espécies pecuárias seria todo gasto na apicultura, não havendo verba para esta, sendo que também não poderiam financiar aquilo que o próprio plano apícola financia, para não haver sobreposição de apoios. Quanto a ser um parceiro importante na estratégia de combate à *vespa velutina*, respondeu positivamente, sendo uma informação importante a transmitir à CIM. Terminando, referiu: “*Relativamente ao apoio, julgo que o Serviço de Veterinária pode fazer uma aproximação daquilo que é os valores atualizados relativamente ao número de apicultores e àquilo que seria o apoio, não incluindo o que já é financiado por outras fontes de financiamento. O Estado não pode estar a financiar duas vezes a mesma situação e, por isso, os apoios teriam que ser muito mais ténues, sendo que uma das questões que também colocávamos em causa era a questão do apicultor não ser atividade a tempo inteiro, ser uma atividade secundária.*”

Em resposta, quanto à situação de ser uma atividade secundária, **Bruno Ricardo** disse que essa seria uma falsa questão, pois quando se trata dos benefícios que as abelhas prestam, não se tem em conta se a apicultura é uma atividade secundária ou principal, pelo que insistiu na questão do apoio. Mais explicou que, relativamente às conclusões do Grupo de Trabalho referido, e após nova reunião deste, foi proposto um valor de apoio de 1,70 €, aproximando-se do valor de apoio atribuído aos ovinos e caprinos, lembrando que existe um efetivo de caprinos de cerca de 11.500 animais e de ovinos cerca de 2.000 animais. Assim, colocou a seguinte questão: “*O valor de 1,70 € por colmeia parece-lhes desajustado ou desproporcionado relativamente àquilo que é a importância da atividade apícola no orçamento?*”

Ao exposto, a **Sr.ª Presidente** referiu que todas as atividades são importantes para o concelho, explicando que o Município está a financiar cerca de 10 mil euros no apoio à pecuária, sendo que para a apicultura iriam gastar cerca de 20 mil euros, não sendo ainda compatível com orçamento, podendo vir a ser futuramente, estando a questão a ser estudada, bem como outras.

Após algumas considerações e esclarecimentos prestados, nomeadamente quando à questão da atividade apícola ser considerada ou não “atividade secundária”, tal como acontece em outros setores, foi referido, por **Bruno Ricardo**, que na próxima reunião do Conselho Municipal de Agricultura poderiam vir acompanhados por alguns jovens agricultores ou marcariam uma reunião com a comitiva desses apicultores para darem o seu testemunho. Mais referiu que, no concelho, existem 136 apicultores, alguns exercendo a atividade em exclusividade, retorquindo que o mesmo acontece na atividade pecuária.

A tudo o manifestado, a **Sr.ª Presidente** explicou que o Município optou por começar a apoiar a atividade pecuária, uma vez que nunca houve esse apoio, pensando em alargar a outros setores de atividade. No entanto, não tem sido possível, uma vez que não existe orçamento para tal e outras urgências têm surgido. Contudo, a proposta do Grupo de Trabalho continua em análise, tendo de ser verificado o regulamento em vigor para possível alteração.

Agostinho Beça, enalteceu a ajuda que a apicultura tem dado em alguns casos de estabelecimento de jovens agricultores, sendo das questões mais importantes em termos de polinização, reconhecendo os argumentos dados pela **Sr.ª Presidente**, do ponto de vista orçamental, tendo de se encontrar pontos de equilíbrio.

Bruno Ricardo questionou, assim, o que poderá ser feito para a atividade apícola entrar no regulamento de apoio à atividade pecuária, ao que a **Sr.ª Presidente** respondeu que já teriam todos os elementos, sendo agora necessário proceder à alteração do regulamento, passando por todos os procedimentos administrativos. Desta forma, **Bruno Ricardo** propôs que fosse levado o assunto a Reunião de Câmara, o mais rapidamente possível.

Quanto ao ponto da Ordem de Trabalhos em discussão, **Emanuel Batista** deixou uma sugestão/recomendação, citando-se o exposto: “*Já que os agricultores têm que preencher um formulário para pedir, depois têm que vir passado x tempo*

entregar as declarações de não dívida. Porque não, de uma só vez, quando vierem entregar as certidões de não dívida, requererem ou fazerem o preenchimento da ficha de requerimento? Quando se pode, a parte da Veterinária, pedir à OPP, no final do ano, as listagens de quem fez as vacinações. Era mais simples. Dou outro exemplo: Os valores que estão a ser pagos são valores irrisórios. 60,00 € ou 65,00 € a um agricultor que tem 40 ovelhas se for da Freguesia de Agueiras, nas duas ou três deslocações que faz a Mirandela, se quer fazer isto, ficou os 60,00 € pelo caminho.”, ao que a Sr.ª Presidente referiu: “Então não vale a pena estarmos a dar o apoio. É essa a conclusão a que estamos a chegar.” A isto, **Emanuel Batista** retorquiu: “Neste caso não. Temos que ser sinceros. Agora, se pedíssemos à OPP, no final do ano, as ovelhas que foram vacinadas em função de cada agricultor que eles têm, depois fazíamos o nosso trabalho de casa, a seguir pedimos as certidões de não dívida e quando viesse entregar as certidões de não dívida, assinava o requerimento em como está a pedir aquele apoio.”

Ao exposto, a Sr.ª Presidente contrapôs: “Acho que as pessoas desvalorizam os apoios do Estado. Quando o Estado dá apoios, é um apoio insignificante. Quando o Estado não dá apoios, porque o Estado devia dar apoios. Nunca se chega à conclusão do que é que o Estado deve fazer. Deve dar apoios e deve dar apoios que sejam significantes. Deve simplificar os apoios, concordo inteiramente, mas o Estado não pode pagar sem ter as declarações de não dívida. Por isso, simplificação, sim. Mas dizer que o apoio é insignificante, então estamos a fazer um apoio para espécies pecuárias que não é necessário ter apoio.” **Emanuel Batista** esclareceu: “O “insignificante” tem a ver com o custo que custa esse apoio.”

Francisco Pavão sugeriu a possibilidade de os requerentes darem autorização à Câmara para consulta de dados, o que agilizava o processo. Quanto ao facto de poder haver mais produtores a requerer o apoio, referiu ser uma questão de passar a palavra e prestar ajuda nesse sentido. Teceu alguns considerandos importantes, nomeadamente em relação à doença (*xylella fastidiosa*) que tem afetado os alivais, para a qual também não têm apoios, dando nota que todas as atividades são passíveis de ser apoiadas, no entanto, tem de haver equilíbrio. Realçando, assim, a importância da apicultura e do combate à *vespa velutina*.

Após mais algumas considerações sobre o assunto em referência e terminando-o, a **Sr.ª Presidente** expôs: “Prometemos fazer a avaliação, no âmbito dos serviços veterinários, daquilo que é o apoio à apicultura. Em relação à Comunidade Intermunicipal, acho que era importante levar esta mensagem que devia haver uma fonte de financiamento para serem ressarcidos os apicultores relativamente a este trabalho de montagem de armadilhas para a *vespa velutina*.”

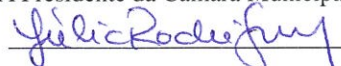
No **Ponto 5 - Outros assuntos**, **Francisco Pavão** deixou a seguinte proposta: “Ia propor, Sr.ª Presidente, ao Município, que tem levado a cabo um conjunto enorme de trabalhos na agricultura, na dinâmica do setor agrícola, o Município do Fundão, ia propor que o Conselho o visitasse e visse in loco aquilo que é feito. O Município de Fundão comprou estações meteorológicas que disponibilizou aos agricultores, tem feito um enorme trabalho no desenvolvimento agrícola. Eu já falei com o Vereador responsável por isto, ele está disponível para vir cá falar como para irmos lá visitá-lo. Acho que é vendo os bons exemplos que conseguimos progredir e, sobretudo, aumentar a eficiência e eficácia deste Conselho, que eu entendo como bastante pertinente. (...) Era importante ter isso. Sr.ª Presidente, pode contactar o seu homólogo da Câmara de Fundão e irmos visitar um bom exemplo daquilo que é a dinâmica e o Município apoiar. (...) Acho que é importante vermos e trazermos bons exemplos.”

A **Sr.ª Presidente** agradeceu a proposta efetuada e, não havendo mais intervenções por parte dos membros, finalizou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

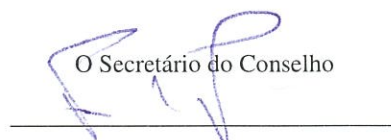
E não havendo mais nada a tratar, pelas xx horas e xx minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, aprovada em minuta, por unanimidade, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e por mim _____ que a elaborei e transcrevi.

Mirandela, 20 de novembro de 2023.

A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Rodrigues)

O Secretário do Conselho


()



